



ANÁLISE DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL NO CONTEXTO DO ESTADO DO PARANÁ, ENTRE 2003 A 2023

Eixo Temático 14 – Gênero e Sexualidade na formação docente no Brasil

Cesar Alves de Meira Filho ¹
Ramon de Oliveira Bieco Braga ²

RESUMO

A pesquisa buscou responder à seguinte questão: “Como as orientações curriculares nacionais e estaduais, especialmente a BNCC, tratam dos temas de orientação sexual, educação sexual, sexualidade e gênero, e como essas abordagens se refletem nas formações continuadas oferecidas aos(as) docentes paranaenses?”. Operacionalmente, adotou-se o método qualitativo documental. Os resultados obtidos na avaliação indicam que as formações continuadas em diversidade sexual no Paraná sofreram um processo de descontinuidade a partir de 2013, com redução significativa das ofertas e mudança nas abordagens pedagógicas.

Palavras-chave: Educação Básica; Ensino Médio; Formação Continuada Docente; LGBTQIAP+.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa investigou a evolução e o impacto das Formações Continuadas em Diversidade Sexual para os(as) docentes do Ensino Médio na rede estadual de ensino do Paraná, com foco no período de 2003 a 2023.

Destarte, a pesquisa buscou responder à seguinte questão problematizadora: “Como as orientações curriculares nacionais e estaduais, especialmente a BNCC, tratam dos temas de orientação sexual, educação sexual, sexualidade e gênero, e como essas abordagens se refletem nas formações continuadas oferecidas aos(as) docentes paranaenses?”.

¹ Possui graduação em Bacharelado em Pintura (EMBAP, 2003) e Licenciatura em Artes Visuais (FAP, 2008). Especialização em Interdisciplinaridade em Artes e Ensino das Artes (FAP, 2010). Mestrado em Educação: Teoria e Prática de Ensino (UFPR, 2024). Professor de Artes na rede pública da Secretaria de Estado de Educação do Paraná (SEEDPR). E-mail: czarson@gmail.com

² Possui graduação nos cursos de Licenciatura em Geografia (UNIANDRADE, 2012), Bacharelado em Geografia (UFPR, 2018) e em Pedagogia (UFPR, 2023). Mestrado em Geografia (UFPR, 2015) e Mestrado em Educação: Teoria e Prática de Ensino (UFPR, 2024). Doutorado em Geografia (UEPG, 2020) e Pós-Doutorado em Educação (UFPR, 2021). Atualmente, é Pós-Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor de Geografia e Pedagogo na rede pública da Secretaria de Estado de Educação do Paraná (SEEDPR). E-mail: ramonbieco@ufpr.br



Salienta-se que a questão problematizadora se apresenta articulada com a trajetória profissional e acadêmica das pessoas que assinam a autoria desta pesquisa, pois ambos são docentes da educação básica na rede pública do estado do Paraná, situado na região sul do Brasil; ambos são autoidentificados como homossexuais e possuem um olhar crítico sobre as relações de gênero e sexualidade no espaço escolar; bem como ambos tem investido nas reflexões dos Estudos de Gênero e Sexualidade no sistema educacional brasileiro e paranaense, como pode ser verificado em Braga (2020; 2024), Braga e Ornat (2019; 2020; 2022), Braga e Benato (2021) e Braga, Meira Filho e Asinelli-Luz (2024).

Problematiza-se que a violência contra a população não cisgênero é alarmante no Brasil, pois conforme denunciado pelo relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA; ABGLT, 2022), entre os anos 2000 a 2001, mais de 5.000 pessoas autoidentificadas como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queer*, Intersexo, Assexuados, Pansexuais, dentre outras identidades de gênero e sexualidade (LGBTQIAP+) foram assassinadas no Brasil.

Diante dos dados, abordar as temáticas dos Estudos de Gênero e Sexualidade na educação básica é, segundo Gallo (2002), uma estratégia política de se promover uma educação menor das militâncias, trazendo para o centro da sala de aula, reflexões sobre a violência que incide sobre os corpos considerados não hegemônicos, isto é, os corpos não cisgênero e não heterossexuais.

Assim sendo, os objetivos específicos desta pesquisa foram:

- 1) avaliar as concepções de sexualidade presentes nos documentos curriculares;
- 2) analisar a evolução das políticas públicas para a formação dos(as) docentes em diversidade sexual no Paraná; e
- 3) compreender o impacto das mudanças políticas nas ofertas de formação continuada.

OPERACIONALIZAÇÃO

Operacionalmente, adotou-se o método qualitativo documental. As fontes elegidas foram a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), o currículo prescritivo da rede estadual de ensino paranaense, o Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná (Paraná, 2022) e as legislações vigentes acerca do sistema educacional brasileiro como, por



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

exemplo, a Constituição da República Federativa Brasileira (Brasil, 1988) e o Estatuto da Criança e Adolescente (Brasil, 1990).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos na avaliação indicam que o arcabouço teórico e conceitual científico que fundamentam as formações, bem como os documentos curriculares nacionais e estaduais, baseia-se nos estudos de Joan Scott (1995), Vera Maria Candau (1997), Michel Foucault (1999), Guacira Lopes Louro (2000), Stuart Hall (2006) e Judith Butler (2015), para ancorar as concepções de sexualidade e gênero.

Em relação à análise das políticas públicas, constatou-se que as formações continuadas em diversidade sexual no Paraná sofreram um processo de descontinuidade a partir de 2013, com redução significativa das ofertas e mudança nas abordagens pedagógicas. Portanto, compreendeu-se que o impacto das políticas de direita, conservadora e neopentecostais, retiraram a diversidade sexual dos documentos nacionais, o que reverberou nos documentos curriculares estaduais. Desse modo, constatou-se que a abordagem de gênero e sexualidade nos referidos documentos, é uma abordagem cisgênero, heterossexual e branca, pois a ocultação da diversidade sexual nos referidos documentos, pressupõe a norma hegemônica da cisheteronormatividade, como se todo corpo humano ao nascer, já nascesse cisgênero e heterossexual.

Constatou-se que a Constituição da República Federativa Brasileira (Brasil, 1988), apesar de fundamental, foca em um sujeito universal, não abordando especificamente as necessidades da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, dentre outros (LGBTQIAP+). Políticas públicas específicas foram criadas, mas discursos LGBTQIAPfóbicos nas escolas evidenciam a falta de preparo docente, que poderia ser suprida por Formação Continuada adequada. A garantia dos direitos LGBTQIAP+ na escola esbarra na ausência de conhecimentos e discussões promovidas pelo Estado.

O Estatuto da Criança e Adolescente (Brasil, 1990) reforça a proteção de crianças e adolescentes contra discriminação, mas a violência LGBTQfóbica e a não garantia do nome social persistem, impedindo a inclusão de estudantes trans. A transformação da sociedade e das instituições, incluindo a escola, é necessária para garantir direitos a toda a população.



A Comissão Estadual em Direitos Humanos enfrenta desafios como à falta de educação objetiva em Direitos Humanos e a resistência conservadora, dificultando um ambiente escolar inclusivo.

O Plano Estadual de Educação do Paraná representa um avanço ao reconhecer a diversidade sexual, mas sua implementação efetiva, com programas específicos e a colaboração de entidades como CEPAC e a Organização Não Governamental (ONG) curitibana que cuida dos direitos humanos da população LGBTQIAP+ em Curitiba, o Grupo Dignidade, ainda é necessária. A Formação Continuada é reconhecida como importante, mas carece de medidas objetivas e avaliação de efetividade.

A Formação Continuada no Paraná passou por diferentes fases, com menor espaço para temas sociais e de direitos humanos em governos recentes, priorizando indicadores e tecnologia. É imprescindível garantir espaço para a diversidade racial, sexual, gênero e direitos humanos nessas formações.

A política do Estado do Paraná em relação à diversidade sexual carece de ações afirmativas e preventivas claras, com falta de informações e documentos norteadores. A ausência de registros de projetos anteriores sugere uma baixa prioridade para o tema, apesar da urgência em superar a LGBTQIAPfobia nas escolas.

Apesar de avanços pontuais em nível nacional e estadual, a quantidade e qualidade dos programas de enfrentamento à LGBTQIAPfobia são insuficientes. A vulnerabilidade da comunidade LGBTQIAP+ exige medidas preventivas mais abrangentes, refletindo-se na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário político recente, marcado por retrocessos conservadores, representa um risco para a continuidade das políticas existentes e para a implementação de novas iniciativas em prol dos direitos LGBTQIAP+.

Garantir os direitos da população LGBTQIAP+, historicamente marginalizada, dentro e fora da escola, configura um desafio significativo que exige ações contínuas e efetivas por parte do Estado e da sociedade.

A pesquisa aponta para a urgência de políticas públicas robustas e de uma Formação Continuada consistente e bem estruturada para docentes, como ferramentas essenciais para



transformar o ambiente escolar em um espaço seguro, acolhedor e respeitoso para todos os estudantes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

REFERÊNCIAS

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais; ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021**. Florianópolis/SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022.

BRAGA, Ramon de Oliveira Bieco. **Espaço e as práticas do cuidado de si, na relação saúde/doença do corpo das travestis e mulheres transexuais em Curitiba e Ponta Grossa, Paraná**. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa/PR, 2020.

BRAGA, Ramon de Oliveira Bieco. **Não tem como ignorar a transexualidade na sala de aula: abordagens sobre gêneros e sexualidades no Ensino Médio**. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Teoria e Prática de Ensino), Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2024.

BRAGA, Ramon de Oliveira Bieco; BENATO, Ana Paula. Saúde e doença do corpo das travestis e mulheres transexuais: análise das dissertações e teses brasileiras nas ciências da saúde entre 1992-2019. **Revista Periódicus**, v. 01, p. 372-352, 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i16.33372>

BRAGA, Ramon de Oliveira Bieco; MEIRA FILHO, Cesar Alves de; ASINELLI-LUZ, Araci. Revisão sistemática acerca das relações de gêneros e sexualidades na educação básica brasileira, entre os anos 2001 a 2022. **Revista Periódicus**, v. 03, p. 241-271, 2024. DOI: <https://doi.org/10.9771/peri.v3i20.56790>

BRAGA, Ramon de Oliveira Bieco; ORNAT, Marcio José. Práticas do cuidado de si na prevenção das IST realizadas por travestis e mulheres transexuais, em Curitiba e Ponta



Grossa, Paraná. **Hygeia**. Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, v. 17, p. 23-33, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/Hygeia64019>

BRAGA, Ramon de Oliveira Biéco; ORNAT, Marcio José. Relações entre saúde e doença nas espacialidades discursivas das mulheres trans e travestis em Ponta Grossa, Paraná. **Terr@Plural** (UEPG. Online), v. 13, p. 189-207, 2019. DOI: 10.5212/TerraPlural.v.13i1.0012

BRAGA, Ramon de Oliveira Biéco; ORNAT, Marcio José. Travestis, Mulheres e Homens Transexuais nas Unidades de Saúde em Curitiba, Paraná: Uma Leitura Crítica a partir da Interdição Espacial. In: MOTA, Adeir Archanjo da; ROMA, Cláudia Marques. (Org.). **Contextos Geográficos, Saúde Mental e Violências: Das Pessoas ao Território e do Território às Pessoas**. 1ed. Dourados/MS: UFGD, 2020, p. 135-152. DOI: <https://doi.org/10.30612/9788581471716>

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Disponível em: < <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/> > Acesso em: 12/04/2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html> > Acesso em: 12/04/2025.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm > Acesso em: 12/04/2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2015.

CANDAU, Vera Maria. Formação continuada de professores: tendências atuais. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Magistério: construção cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1997. p.51-68.



FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade** – volume 1: a vontade do saber. 13a edição. Rio de Janeiro/RJ: Graal, 1999.

GALLO, Silvio Donizetti de Oliveira. Em torno de uma educação menor. **Educação & Realidade**, v. 27, n. 02, p. 169-178, 2002.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro/RJ: Dp&A Editora, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora, 2000.

PARANÁ. SEEDPR – Secretaria de Estado de Educação do Paraná. **Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná**. 2022. Disponível em: <
https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2022-02/ensino_medio_referencial_curricular_vol1_vf.pdf> Acesso em: 12/04/2025.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre/RS, v. 20, n. 02, 71-99, jul./dez. 1995.